

## EDITORIAL

Caro Leitor,

A RIC – Revista de Informação Contábil apresenta o último número de 2017. Neste número quatro artigos acerca de diversos temas, como: auditoria, finanças comportamentais, custos e gestão pública, fecham com chave de ouro a edição 11.

O primeiro artigo, **“PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E OPINIÃO SOBRE O RISCO DE DESCONTINUIDADE: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS DO IBOVESPA”**, que foi escrito por Vagner Antônio Marques e Marcella Kattiany Pereira de Souza objetivou identificar e analisar os principais assuntos de auditoria reportados nos relatórios dos auditores das empresas que compuseram o IBOVESPA. O estudo contribui com a discussão sobre o conteúdo informacional dos PAA’s e sua melhoria para a transparência e *accountability* dos gestores e entidades.

O segundo artigo foi escrito por Karoline Patrícia de Araújo e Antônio Felipe de Paula Júnior e foi intitulado **“REDUÇÃO DOS CUSTOS EM FUNÇÃO DO REAPROVEITAMENTO DOS DESPERDÍCIOS NA CONFECÇÃO DE EMBALAGENS DE PAPEL”**. Seu objetivo foi mensurar o impacto na resolução dos custos dos produtos em função do reaproveitamento das sobras, observadas no processo produtivo em uma gráfica de papel localizada na Região Leste da cidade de Natal no estado do Rio Grande do Norte. Foi detectado que, no atual momento em que a empresa se encontra, não é viável a redução de custos, devido ela não disponibilizar de um local adequado para a armazenagem do papel desperdiçado ou, até mesmo, de um equipamento para sua reciclagem.

O artigo **“CONTROLE INTERNO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PÚBLICA”** de autoria de **Marcia Athayde Moreira, Alexandra Gabriele Santos Dias e Perpétua Marques De Souza** identificou os subsídios que asseguram o controle interno como um importante instrumento para a gestão pública, discorrendo sobre a importância do controle interno como ferramenta de gestão pública no atual contexto sócio econômico. conclui-se que o controle interno é um instrumento importante para a gestão pública uma vez que “é importante instrumento que deve ser cada vez mais incrementado pelos órgãos públicos a fim de que o dinheiro público seja gasto da melhor forma possível e que este possa se reverter em benefícios para a sociedade.

Já o quarto artigo **“UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE O VIÉS COGNITIVO DO SENSO DE CONTROLE APLICADO ÀS DECISÕES DE INVESTIMENTOS”** de **Márcia Ferreira Neves Tavares e José Lúcio Tozetti Fernandes** tem como objetivo verificar associações entre o viés cognitivo do senso de controle e estratégias de investimentos das pessoas, partindo-se da premissa de que indivíduos com maior senso de controle possuem posições de investimentos mais arriscadas, ao contrário

daqueles que apresentam menor senso de controle, que tenderiam a serem mais conservadores em suas decisões de investimentos. Como resultado, a maioria dos respondentes do grupo com menor senso de controle declarou maior interesse por investimentos em poupança, imóveis e renda fixa, considerados investimentos de baixo risco, enquanto que para todos os investimentos de alto risco o interesse deste grupo foi nulo ou pouco.

Dr. Luiz Carlos Marques dos Anjos  
Editor Adjunto da RIC